

# BOLETIM DE CONJUNTURA

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 2 - Março de 2015

Esta publicação visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos do DIEESE de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todos as entidades filiadas.

## INCERTEZAS MARCAM INÍCIO DE 2015

O ano de 2015 inicia-se com o país tendo que enfrentar uma série de problemas que mereciam atenção já há algum tempo. O cenário externo, pouco favorável, juntamente com questões relacionadas ao ambiente doméstico, acabaram determinando uma desaceleração do crescimento econômico.

O patamar das taxas de juros e o câmbio valorizado são duas variáveis importantes que explicam, em parte, o fraco desempenho econômico e, combinados à inflexibilidade dos preços, trazem mais incertezas quanto ao futuro. A deterioração do cenário econômico atingiu, no quarto trimestre do ano, o mercado de trabalho que, até então, resistia ao ciclo negativo da economia.

A desaceleração da atividade econômica, o fraco desempenho da economia internacional, a queda nos preços dos produtos primários, as elevações sucessivas da taxa básica de juros e o câmbio apreciado contribuíram para a elevação da dívida pública bruta e do déficit externo, acompanhados, como dito antes, pela aceleração dos índices de inflação.

As medidas adotadas pelo governo têm como objetivos atacar três problemas: reduzir a dívida pública bruta; diminuir o déficit externo e; conduzir a inflação para o centro da meta. Mas as

políticas, tanto a fiscal quanto a monetária, são contraditórias no que respeita à consecução dos objetivos.

Para estabilizar e/ou reduzir a dívida pública é preciso, além de cortar despesas, gerar superávit primário, que é a sobra de caixa (de recursos) no Tesouro, mais difícil de se obter quando se aumentam os juros que, por sua vez, desaceleram a economia, fazendo com que a arrecadação caia. Assim, ao mesmo tempo em que corta gastos e aumenta impostos, para aumentar o caixa, o governo aumenta juros, fazendo sangrar o Tesouro via aumento de despesas financeiras da dívida.

## SETOR FINANCEIRO

O setor bancário, na contramão dos demais, apresenta-se extremamente saudável. Os lucros aumentam a cada ano, o que não ocorre com os demais setores produtivos, como a indústria, por exemplo. O lucro líquido dos três maiores bancos privados do país (Itaú, Bradesco e Santander), em 2014, totalizou R\$ 41,8 bilhões. O Itaú, por exemplo, obteve um aumento no lucro líquido de 30,2%, entre 2013 e 2014.

Uma perspectiva mais abrangente da situação desses bancos pode ser visualizada no quadro a seguir:

**TABELA 1**  
**Três Maiores Bancos Privados**  
**Principais Indicadores - variações entre 2013/2014**

Bancos	Lucro Líquido (%)	Receita com Carteira de Crédito (%)	Receita com TVM <sup>1</sup> (%)	Emprego (número de pessoas)	Lucro Líquido por Empregado (%)
<b>Bradesco</b>	25,9	6,5	40,0	- 4.969	32,0
<b>Itaú</b>	30,2	8,0	54,5	- 2.521	34,1
<b>Santander</b>	1,8	7,9	28,8	- 312	2,5

Fonte: Subseção Sindicato dos Bancários de São Paulo

Elaboração: CATS

Nota: (1) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

O lucro líquido médio do setor bancário, considerando esses três grandes bancos, foi de 19,3%. Chama a atenção, no entanto, a comparação entre o crescimento da receita com carteira de crédito e da receita com títulos e valores mobiliários (TVM). A carteira de crédito contabiliza as operações normais de crédito dos bancos com o setor produtivo privado (comércio, indústria, serviços etc.) e com o público em geral, enquanto a receita com TVM contabiliza as operações de compra e venda de títulos públicos e privados.

O crescimento médio da receita com carteira de crédito foi de 7,46%, enquanto a receita com TVM cresceu, em média, 41,1%, isto é, 5,5 vezes mais. As próprias notas explicativas dos balanços dos bancos revelam que o crescimento da receita com títulos deveu-se, em grande parte, às operações com títulos públicos, nas quais os juros variam de acordo com a Selic. Assim, os constantes aumentos na taxa básica de juros da economia (Selic) têm favorecido e feito aumentar enormemente o lucro do setor bancário que, neste contexto, não precisa se preocupar em fornecer crédito ao setor produtivo, uma vez que já auferem grande resultado financiando a rolagem da dívida pública, cada vez mais onerosa.

---

*Além desse dinheiro fácil, os bancos se beneficiam com a cobrança de tarifas e com o aumento de produtividade dos trabalhadores. Isso é facilmente verificado. Há uma queda na quantidade de empregados e, de forma simultânea, aumento no lucro líquido por empregado que, entre 2013 e 2014, cresceu, em média, 22,86%, mais que o crescimento do lucro líquido.*

---

## O NOVO SALÁRIO MÍNIMO



Em 1º de janeiro de 2015, o valor do salário mínimo foi reajustado em 8,84%, passando de R\$ 724,00 para R\$ 788,00, diferença de R\$ 64,00 mensais, ou R\$ 832,00 anuais, considerando 13 salários por ano. O reajuste foi calculado com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2013, de 2,5%, mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, estimado em 6,19%.

O DIEESE projeta que 60,3 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, incluindo nessa conta os beneficiários do INSS, trabalhadores assalariados, por conta própria, domésticos etc. Com o aumento, devem entrar na economia cerca de R\$ 38,4 bilhões. A arrecadação de tributos, principalmente aqueles que incidem sobre o consumo, deverá se elevar em R\$ 20,7 bilhões.

Estimativas apontam que o reajuste do valor do salário mínimo deverá aumentar as despesas da Previdência Social em R\$ 18,3 bilhões, valor inferior ao aumento da arrecadação (R\$ 20,7 bilhões) decorrente do aumento.

Segundo confirmou o governo, a atual política de reajuste do salário mínimo deverá ser mantida para os próximos anos. A decisão deve favorecer as contas públicas, principalmente o orçamento da Previdência Social, pois o crescimento da economia, em 2014, ficou perto de zero e as projeções para 2015 também são de crescimento baixo, em torno de 0,5%. Assim, os aumentos reais do salário mínimo em 2016 e 2017 serão inferiores ao de 2015.

## MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho deverá sofrer grande impacto com as medidas de ajuste implementadas pelo governo. A política monetária, de elevação da taxa básica de juros e a política fiscal, de redução dos gastos públicos, terão reflexos no emprego, tanto público quanto privado. São medidas de cunho recessivo que pretendem desaquecer uma economia já estagnada e podem significar aumento de desemprego.

Sinais preocupantes já aparecem nas estatísticas. Em que pese os resultados anuais das pesquisas, que apontam redução das taxas de desemprego em 2014, comparativamente a 2013, o mercado de trabalho passou a enfrentar um processo de retração a partir do segundo semestre do ano passado. No quarto trimestre, a eliminação de postos de trabalho foi superior à criação de novos empregos.



A elevação do desemprego altera a lógica do mercado de trabalho e a atuação sindical. A redução da criação de novas vagas e a eliminação de postos de trabalho já existentes devem ter impacto negativo sobre os salários, pois as empresas deverão promover maior rotatividade para se beneficiar do aumento da oferta de mão de obra. Por esse expediente, elas substituem os funcionários ativos, contratados quando o mercado estava aquecido, por novos, com salários menores. Assim, em breve espaço de tempo, os salários nominais médios terão se reduzido. Esses sinais já aparecem nas pesquisas.

---

*Os sindicatos, dentro desse cenário, terão dificuldades na barganha por aumentos reais de salários, uma vez que a preocupação do movimento estará voltada mais para a manutenção do emprego do que para o aumento da remuneração dos trabalhadores. Nesse estado de coisas, não é difícil imaginar que as entidades sindicais, ao longo do ano, com o desaquecimento do mercado de trabalho, passem de uma posição mais ofensiva, que vinham mantendo até agora, para uma mais defensiva, diante da nova realidade.*

---

O quadro de aumento das taxas de desemprego e queda nos salários médios será agravado com o recrudescimento da inflação. Janeiro registrou elevação de 1,24% nos preços (IPCA-IBGE), maior percentual para o mês desde 2003. As projeções para fevereiro giram em torno de 0,72% e, para o ano, de 7,15%.

## SETOR EXTERNO

O setor externo da economia brasileira encontra-se pressionado. A luz vermelha dessa dependência é o déficit de cerca de 4,0% do PIB nas transações correntes do balanço de pagamentos do país, contabilizados até novembro do ano passado (2014).

As principais causas do aumento do déficit externo são as seguintes:

- 1) remessa de lucros das empresas multinacionais
- 2) remessa de ganhos e dividendos obtidos por aplicadores internacionais no mercado financeiro
- 3) déficit no comércio do país com as outras nações (balança comercial)
- 4) déficit na conta de turismo

É importante salientar que o último resultado negativo na balança comercial brasileira ocorreu em 1999, portanto, há 15 anos.

Dois desafios para a nova equipe econômica, no que diz respeito ao setor externo:

- 1) reverter o sinal da balança comercial, de déficit, para superávit e
- 2) reduzir o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos

É importante lembrar que o segundo desafio é muito difícil de ser vencido sem que se cumpra o primeiro.

A desvalorização do real diante do dólar deverá favorecer as exportações e inibir as importações. Espera-se, com isso, que a balança comercial, ao longo do ano, torne-se superavitária. Entretanto, a desvalorização cambial não é suficiente. O governo precisa propor, com relativa urgência, uma política industrial e de comércio exterior que dê ênfase às exportações, principalmente de produtos industrializados, com maior valor agregado.

De qualquer forma, o cenário internacional para este ano não é muito favorável, mesmo considerando a retomada do crescimento da economia norte-americana. No âmbito do Mercosul, nosso principal parceiro comercial, a Argentina, enfrenta grave crise cambial e baixo crescimento econômico. A União Europeia ainda patina e a economia do bloco não consegue deslançar, o mesmo ocorrendo com o Japão. A China continua crescendo, mas em velocidade reduzida. Isso tudo dentro de um quadro de valorização do dólar e queda nos preços dos produtos primários (*commodities*), prejudicando as economias emergentes (Brasil inclusive), pois os preços dos produtos que exportam estão em declínio e as importações, em dólar, vão ficando mais caras, o que dificulta o equilíbrio externo desses países.



## INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA

### Indústria

A produção industrial no Brasil teve queda de 3,2% em 2014. Este resultado foi puxado pela indústria de transformação (-4,3%), sobretudo, pelo setor de veículos automotores (-16,8%). O desempenho deste setor tem importante relevância para a atividade industrial, por influenciar o nível de atividade de outros setores, como o de metalurgia, produtos de metal, produtos químicos, máquinas e equipamentos, entre outros. Todos estes setores apresentaram retração na produção em 2014.

No centro das causas desta retração no setor de veículos automotores está a queda da demanda em importantes mercados consumidores externos, o que desestimulou os investimentos em 2014. Além disso, fatores internos relacionados à incerteza com relação às mudanças na política para o setor, com a eleição presidencial, também impactaram negativamente os investimentos.

Por outro lado, a indústria extrativa registrou crescimento no Brasil (5,7%). Como esta indústria tem, de um modo geral, mais peso na estrutura produtiva de algumas unidades da Federação nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, estas registraram crescimento na produção da indústria geral.

---

*A retomada do crescimento industrial é pedra angular na construção do Brasil para o futuro. Nenhum dos sacrifícios agora, no presente, terá o efeito desejado se a indústria não voltar a crescer. A inclusão social em curso no país sofrerá sérias restrições se não se avançar no processo de industrialização, não somente aquela de substituição de importações, mas de uma indústria mais produtiva e competitiva.*

---

O governo acaba de reativar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, com participação, inclusive, dos trabalhadores. O objetivo é incentivar o setor também em relação à competitividade externa, dentro de um futuro Plano Nacional de Exportações, que está em elaboração pelo MDIC. A política industrial a ser desenvolvida pelo Conselho estará concentrada em dois eixos: conquista de novos mercados e desburocratização das exportações.

Os programas já existentes (Reintegra, PSI, Moderfrota, Modermaq) nessa área serão mantidos, com as adaptações à disponibilidade de crédito definidas pelo Ministério da Fazenda. Em princípio, dá para entender essas “adaptações” como redução da dotação de recursos para esses fins.

## Comércio

O comércio começa a dar sinais de desaquecimento. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as vendas do comércio varejista cresceram 2,2% em 2014, o menor avanço desde 2003, quando o setor mostrou queda de 3,7%. Apesar de ainda ter ficado positivo, o resultado representa quase a metade do observado em 2013, quando foi de 4,3%. Entre as oito atividades do varejo, cinco registraram taxas positivas na comparação com 2013.

O resultado foi puxado principalmente pelas vendas das lojas de departamentos, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos, que tiveram alta de 7,9% em relação a 2013 e; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, com crescimento de 9,0% em relação ao ano anterior.

O comércio varejista ampliado, que inclui todo o comércio, incluindo veículos, motos, partes e peças e de material de construção teve variação de -1,7%, na comparação com 2013, ano em que apresentou expansão de 3,6%. A desaceleração pode ser explicada pela queda nas vendas de veículos, motos, partes e peças, que apresentaram redução de -9,4% em 2014.

Várias razões podem ser citadas para explicar essa desaceleração. A confiança do consumidor está em queda, o que justifica maior critério quando vai às compras. A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que mede o nível dessa confiança, apresenta o menor índice desde 2008. A mudança de humor do consumidor deve-se, principalmente, às expectativas sobre o futuro, marcadamente sobre o comportamento do mercado de trabalho. A inflação e as taxas de juros são outros dois fatores a ser considerados como causas da retração do consumo. Outra variável que não pode ser desconsiderada nesta análise é o nível de endividamento das famílias, que se encontra em patamares não desprezíveis: 61,9% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida e a parcela do orçamento familiar comprometido com os débitos é, em média, de 30,4% (CNC).

O ano de 2015 será de baixo crescimento ou até recessivo. Concretizando-se tal cenário, haverá sensíveis restrições à demanda e o comércio deve se ressentir, reduzindo a participação no Produto Interno.

## Agricultura

A agricultura cresceu em 2014. O valor bruto da produção (VBP) do agronegócio fechou 2014 com R\$ 463,9 bilhões, aumento de 2,6% em relação a 2013 (R\$ 452,1 bilhões). As lavouras atingiram R\$ 291,0 bilhões e a pecuária, R\$ 172,9 bilhões, aumentos de 2,4% e 22,6%, respectivamente, em relação ao acumulado em 2013. Na projeção, o Ministério da Agricultura avalia que o VBP para 2015 será maior: somará 476,6 bilhões, com crescimento de 2,6% em relação ao resultado de 2014.

O saldo da balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro em 2014 foi superavitário em US\$ 80,13 bilhões. As exportações somaram US\$ 96,75 bilhões diante de US\$ 16,61 bilhões das importações.

A expectativa de safras recordes no Brasil e nos Estados Unidos indica baixa dos preços das *commodities* agrícolas nos próximos meses. O câmbio depreciado, no entanto, deve garantir certa rentabilidade para os produtos de exportação, mesmo em um cenário de preços mais baixos. A curto prazo, porém, os preços de alguns produtos deverão apresentar leve alta, justificada pelas expectativas dos reais impactos climáticos na produção na safra em curso. Para 2015, espera-se um cenário favorável para o agronegócio, com safras recordes e expansão das exportações.

## Setor público

O equilíbrio do orçamento público parece ser, neste primeiro instante, o compromisso mais explícito assumido pelos novos formuladores da política econômica. Estabilizando a dívida pública, o governo espera ganhar crédito e abrir caminhos para tratar de duas outras importantes questões: o déficit externo e a inflação.

Cortes nos gastos e aumento de receitas, via aumento da carga tributária, são os instrumentos tradicionais para se obter o ajuste nas contas públicas. Do lado dos cortes, já foram tomadas medidas que incidiram especificamente sobre a seguridade social: o seguro-desemprego, o abono salarial, as pensões, entre outros, são alguns dos benefícios cujos acessos sofrerão restrições e serão regulados por medidas provisórias que alteram a legislação.

Quanto ao aumento das receitas, algumas medidas já foram concretizadas, como as mudanças nas alíquotas da Cide (Contribuição Incidente sobre o Domínio Econômico - o “imposto dos combustíveis”), o aumento das alíquotas do PIS/Cofins, que incidem sobre a comercialização de gasolina, diesel e produtos importados, cobrança de IPI para distribuidores de produtos cosméticos e aumento do IOF para empréstimos pessoais.



Disciplina fiscal rígida faz parte do receituário neoliberal que norteia a política econômica deste governo. Os ministros da área entendem que o endividamento público e as dificuldades em financiá-lo são fatores que podem, no médio prazo, desestabilizar a economia. Seus temores decorrem da observação da trajetória de alguns indicadores relativos às finanças públicas.

---

*Para que a dívida pública deixe de crescer, seja estabilizada ou caia, é necessário gerar uma poupança, isto é, as despesas primárias do setor público, que não consideram o pagamento dos juros da dívida, devem ser menores que as receitas. É preciso, então, gerar uma “poupança pública”, um superávit primário, suficiente para pagar os juros e manter a dívida sob controle. Em 2014, o Brasil não conseguiu obter esse superávit, pelo contrário, teve déficit.*

---

As contas consolidadas do setor público em 2014 resultaram em déficit de 6,7% do PIB, no conceito nominal, e déficit primário de 0,63% do PIB. Estas contas incluem tanto o governo federal, nas três esferas, quanto os estados, municípios e empresas estatais. O conceito nominal de déficit engloba o resultado primário mais o pagamento de juros da dívida pública. Estes resultados indicam que o saldo entre receitas e despesas públicas não foi suficiente para pagar os juros da dívida. Além disso, houve deterioração dos indicadores fiscais em relação ao ano anterior, em que o déficit nominal tinha sido menor, de 3,25%, e tinha havido um superávit primário de 1,88% do PIB.

O déficit primário em 2014 chama a atenção porque é o primeiro deste tipo desde 2002. O déficit primário foi gerado principalmente pelo governo central, embora os estados também tenham passado de uma situação superavitária para deficitária, entre 2013 e 2014. No caso do governo central (governo federal e Banco Central), o resultado primário foi determinado por um aumento de receitas de 3,6% inferior ao aumento de 12,8% nas despesas totais. A Secretaria do Tesouro explica que o desempenho das receitas foi afetado pelo baixo crescimento econômico e pelas desonerações tributárias. Quanto às despesas, o Tesouro aponta para crescimento de despesas de custeio e capital e aumento dos benefícios previdenciários.

No caso das receitas, houve um aumento bastante significativo do Imposto de Renda (5,6%), mas não o suficiente para compensar a queda na arrecadação da Cofins (-3,1%) e do PIS/Pasep (-5,8%), e a estabilidade na arrecadação de CSLL (0,6% de variação). Enquanto a arrecadação do IR e da CSLL refletem o fraco crescimento econômico e da renda, o PIS/Cofins está ligado às desonerações. Vale notar que, em função do mercado de trabalho ainda favorável, as receitas da Previdência Social tiveram quase 10% de aumento, apesar da desoneração da folha, incluindo aí R\$ 9,0 bilhões de compensação do Tesouro.

No lado das despesas, cabe primeiro notar que o item pessoal e encargos esteve longe de pressionar as contas públicas, com variação de 8,4%. Como já dito, as despesas de custeio e capital foram as que mais contribuíram para o déficit primário. Entre estas, cabe destacar o aumento relativo de 22% nas despesas do FAT e de 21,5% em outras despesas de capital, notadamente despesas discricionárias para



os ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social, investimentos do PAC e a compensação pela desoneração da folha. Além disso, houve aumento das despesas da Previdência Social, mas numa taxa de 10,4%, que não ficou muito distante do aumento das receitas. Assim, as contas da Previdência parecem não ter colocado muita pressão sobre as contas do governo central.

Apesar do resultado primário negativo, a conta principal ainda é a dos juros sobre a dívida pública. O ciclo de alta dos juros, usado como forma de combater a inflação, causou, em 2014, a alta de quase um ponto percentual na carga de juros como proporção do PIB, que passou de 5,14% para 6,07%. Esta elevação da carga de juros concentrou-se principalmente no governo federal, que pagou juros equivalentes a 5,33% do PIB. É importante observar que essa sangria nas contas do governo tem como beneficiário o setor financeiro, os rentistas. Significa uma enorme transferência de renda de toda a sociedade (dos contribuintes, aqueles que pagam impostos) para uns poucos privilegiados, detentores da dívida pública.

Os grandes números das contas públicas mostram que, em 2014, os fatores que determinaram o déficit nominal recorde foram: a alta das taxas de juros, maiores gastos com investimentos, desonerações tributárias, funcionamento dos ministérios e programas da área social.

A meta do governo, para este ano, é gerar um superávit primário de 1,2% do PIB (cerca de R\$ 56 bilhões). Portanto, a ordem é economizar. Para 2016 e 2017, a economia planejada é de 2,0% do PIB. Quanto à política monetária, não há novidades: deverá permanecer restritiva, com altas taxas de juros (estima-se que a Selic chegue a 12,75% até o final do ano) e redução do crédito, principalmente das linhas de fomento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

---

*Cortes de gastos e aumentos de impostos em uma economia com baixo crescimento são temerários, com sérios riscos de provocar recessão. Por outro lado, e esse é o argumento dos ortodoxos, as medidas amargas devem ser tomadas para que, em um breve futuro, sobre bases mais sólidas e confiáveis (para o público interno e externo), o país possa crescer de forma sustentável e por um período mais longo. Mas a questão ainda persiste: se houver recessão, quanto tempo dura e quais seus custos sociais? E como as ruas reagirão?*

---



#### **Direção Executiva**

**Presidente: Zenaide Honório** - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Secretário Executivo: Antônio de Sousa** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Nacional: Bernardino Jesus de Brito** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretora Executiva: Cibele Granito Santana** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes** - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira** - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa** - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas** - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva** - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho** - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

#### **Direção Técnica**

**Diretor técnico:** Clemente Ganz Lúcio

**Coordenadora executiva:** Patrícia Pelatieri

**Coordenadora administrativa e financeira:** Rosana de Freitas

**Coordenador de educação:** Nelson de Chueri Karam

**Coordenador de relações sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira

**Coordenador de atendimento técnico sindical:** Airton Santos

**Coordenadora de estudos e desenvolvimento:** Ângela Maria Schwengber

#### **Equipe Responsável**

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Patrícia Pelatieri

Thomaz Ferreira Jensen